



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### PROJETO BÁSICO GERAL (PBG)<sup>1</sup>

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### Subsecretaria de Esportes e da Juventude

QUADRO RESUMO DO PBG	
Valor Total Estimado:	R\$ 1.406.804,79
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global
Regime de Execução:	Empreitado por preço global
Sistema de Registro de Preços?	Não
Exige Vistoria?	Sim (facultativa)
Exige Garantia de Proposta?	Sim (1%)
Permite Subcontratação?	Sim (30%)
Permite Consórcio?	Não
Exige Qualificação Técnica?	Sim
Exige Balanço e Índices?	Sim
Exige Capital Social Mínimo?	Não
Exige Patrimônio Líquido Mínimo?	Sim (5%)
Exige Garantia de Contratação?	Sim (5%)
Esse quadro resumo tem finalidade exclusivamente informativa, devendo ser interpretado em conjunto com o projeto básico geral completo, o qual prevalecerá sobre qualquer resumo, síntese ou interpretação parcial.	

#### 1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Projeto Básico Geral – PBG tem por objeto a **contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG**, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto técnico específico anexo, **com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida**, vinculados ao **Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11**, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União.

1.2. O empreendimento contempla, dentre outros elementos, a implantação de **campo society com grama sintética, quadra esportiva, pista de caminhada, parquinho infantil, áreas de circulação e convivência, sistemas de drenagem, pavimentação, cercamentos, iluminação e demais**

<sup>1</sup> O Governo Federal utiliza um **modelo-padrão de termo de referência para obras e serviços de engenharia**, que define as cláusulas essenciais da licitação (obrigações, vigência, pagamentos, sanções etc.), deixando o **projeto básico técnico de engenharia** como anexo. No Município de Esmeraldas **adota-se esse mesmo formato**, denominando-o “**projeto básico geral – PBG**”, para padronizar as cláusulas aplicáveis a todos os tipos de obras e serviços de engenharia, mantendo o projeto técnico específico como anexo. Assim, preserva-se a distinção tradicional entre “**termo de referência**” (para bens e serviços comuns) e “**projeto básico**” (para obras e serviços de engenharia), conforme a prática da antiga legislação de licitações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

**instalações indispensáveis ao pleno funcionamento do Espaço Esportivo Comunitário**, conforme detalhamento constante do projeto técnico específico anexo.

1.3. A execução da obra será realizada sob o regime de empreitada por preço global, de acordo com as condições, especificações e critérios definidos neste Projeto Básico Geral e nos anexos técnicos correspondentes.

1.4. Os itens, quantidades, especificação e preço de referência se encontram detalhados em planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do projeto executivo anexos deste documento.

1.5. Esta licitação não será processada pelo procedimento auxiliar do sistema de registro de preços previsto no Capítulo X da Seção V da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Natureza da contratação: serviço NÃO continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. A unidade requisitante da presente contratação é a Subsecretaria de Esportes e da Juventude.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação que caracterizou o interesse público envolvido e a melhor solução e deu base a este projeto básico.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026 sob o nº 1159**, conforme consta em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação que caracterizou o interesse público envolvido e a melhor solução e deu base a este projeto básico.

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

3.2. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para a execução integral da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Distrito de Melo Viana, no Município de Esmeraldas/MG, com base em projeto básico padronizado elaborado pelo Governo Federal no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, observadas as especificações técnicas, os padrões de desempenho e as diretrizes estabelecidas no Termo de Compromisso firmado com a União.

3.3. O empreendimento compreende a implantação de equipamentos públicos multiuso, destinados à prática esportiva, recreativa e à promoção da saúde, contemplando, dentre outros elementos, campo society com grama sintética, quadra esportiva, pista de caminhada, parquinho infantil, áreas de circulação e convivência, sistemas de drenagem, iluminação, cercamento e demais instalações necessárias ao pleno funcionamento do complexo. A solução foi concebida para atender diferentes faixas etárias, assegurando acesso universal, inclusão social e ocupação qualificada do espaço urbano.

3.4. A execução da obra deverá observar integralmente os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias que integram o conjunto técnico do empreendimento, utilizando métodos construtivos convencionais, materiais amplamente disponíveis no mercado e soluções padronizadas, o que contribui para maior previsibilidade na execução, facilidade de fiscalização e redução de riscos técnicos e operacionais.

3.5. A solução adotada pressupõe a entrega do empreendimento em plenas condições de uso, compreendendo a execução de todos os serviços necessários à conclusão da obra, inclusive testes, ajustes, limpeza final e demais providências indispensáveis à correta utilização dos equipamentos pela população. O recebimento da obra deverá observar as etapas de recebimento provisório e definitivo, nos termos da legislação vigente.

3.6. No que se refere à manutenção e assistência técnica, a solução considera que os equipamentos e materiais especificados no projeto padronizado do Novo PAC foram selecionados com base em critérios de durabilidade, baixa necessidade de manutenção e facilidade de reposição, compatíveis com a capacidade operacional do Município. Eventuais garantias técnicas de materiais, equipamentos e serviços deverão ser apresentadas pela contratada, conforme exigências legais e contratuais, assegurando a correção de vícios construtivos ou falhas de execução dentro dos prazos de garantia.

3.7. A gestão e a manutenção ordinária do Espaço Esportivo Comunitário, após o recebimento definitivo da obra, ficarão a cargo do Município, que deverá promover a conservação do equipamento público e a adequada utilização dos espaços, de modo a preservar sua funcionalidade e prolongar sua vida útil, em consonância com as diretrizes do Programa Esporte para a Vida.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

3.8. Dessa forma, a solução proposta revela-se integrada, funcional e compatível com o interesse público, atendendo às necessidades identificadas, às diretrizes do Novo PAC e às exigências legais aplicáveis, assegurando à população do Distrito de Melo Viana o acesso a equipamento público de esporte e lazer adequado, seguro e durável.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos descritos no Estudo Técnico Preliminar.

4.2. A execução da obra de construção do Espaço Esportivo Comunitário no Distrito de Melo Viana, no Município de Esmeraldas/MG, poderá gerar impactos ambientais pontuais e temporários, inerentes às atividades típicas da construção civil. Tais impactos, contudo, são previsíveis, controláveis e mitigáveis, não se caracterizando como de significativa degradação ambiental, desde que observadas as medidas preventivas e mitigadoras adequadas.

4.3. Durante a fase de execução, os principais impactos ambientais potenciais relacionam-se à movimentação de solo, geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira e ruídos, consumo de materiais e recursos naturais e possível interferência temporária na drenagem superficial da área. Esses impactos são restritos ao período de obras e não comprometem a vocação ambiental do local quando corretamente gerenciados.

4.4. Como medidas mitigadoras, deverão ser adotadas, dentre outras:

4.4.1. correta gestão dos resíduos da construção civil, com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente;

4.4.2. controle da emissão de poeira, mediante umidificação das áreas de trabalho, quando necessário;

4.4.3. adoção de medidas para redução de ruídos e limitação das atividades em horários compatíveis com o entorno;

4.4.4. proteção das áreas adjacentes, evitando carreamento de sedimentos para vias públicas ou sistemas de drenagem;

4.4.5. recomposição e organização das áreas utilizadas temporariamente durante a obra.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

4.5. No que se refere ao consumo de energia e de outros recursos, a solução adotada privilegia o uso de materiais duráveis, padronizados e de baixa necessidade de manutenção, compatíveis com o ciclo de vida do empreendimento. A implantação de iluminação eficiente, conforme especificações do projeto, contribui para a redução do consumo energético durante a fase de operação do equipamento público.

4.6. A escolha de soluções como grama sintética e pisos esportivos específicos reduz significativamente a necessidade de irrigação, uso de produtos químicos e manutenção intensiva, quando comparada a alternativas convencionais, o que representa impacto ambiental positivo ao longo da vida útil do empreendimento.

4.7. Quanto à logística reversa, quando aplicável, a contratada deverá observar as exigências legais relativas ao desfazimento, reaproveitamento ou reciclagem de embalagens, materiais remanescentes e refugos gerados durante a execução da obra, promovendo a destinação ambientalmente adequada desses resíduos e priorizando a reciclagem sempre que possível.

4.8. Por fim, destaca-se que o empreendimento, após concluído, tende a gerar impactos ambientais positivos, ao promover o uso ordenado do espaço urbano, incentivar a prática de atividades físicas ao ar livre, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e reduzir a ocupação irregular de áreas públicas

### **Indicação de marcas ou modelos na execução (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.9. Não se aplica à presente contratação.

### **Da vedação de contratação de marca ou produto na execução do serviço**

4.10. Não se aplica à presente contratação.

### **Catálogos, folhetos, fichas técnicas, laudos e certificações na execução do objeto**

4.11. Não haverá a necessidade de apresentação, por parte do vencedor da licitação, de catálogos, folhetos, fichas técnicas, laudos ou certificações de qualidade, salvo em sede de diligência sempre que houver dúvidas quanto aos produtos empregados na execução do objeto ofertados pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, correndo às custas do licitante a apresentação dos referidos documentos.

### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.12. Não se aplica à presente contratação.

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### Subcontratação

4.13. Fica permitida a subcontratação parcial do objeto, desde que essa subcontratação não seja integral e que seja previamente autorizada pela Administração, nas seguintes condições:

4.13.1. A empresa contratada principal será a única responsável pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, incluindo aquelas delegadas à subcontratada, sem prejuízo da fiscalização e supervisão da execução do objeto. A subcontratação não exime a contratada principal de garantir a qualidade dos fornecimentos realizados, a entrega dentro dos prazos estabelecidos e o cumprimento das condições acordadas.

4.13.2. O contratado principal permanece responsável pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, cabendo à administração fiscalizar não apenas o fornecedor principal, mas também os subcontratados, se for o caso.

4.13.3. A subcontratação será permitida de **forma parcial**, com um percentual máximo de até **30% (trinta por cento)** do objeto principal, compatível com o porte e a natureza da obra, permitindo, por exemplo, que o contratado utilize empresas de apoio em etapas específicas, sem prejuízo da unidade técnica do empreendimento. Além disso, será admitida a **subcontratação integral de serviços acessórios atrelados ao objeto, como transporte, logística, manutenção, seguros e demais atividades correlatas**, desde que essa prática esteja em conformidade com as disposições contratuais e não comprometa a qualidade, a segurança e a eficácia do fornecimento do objeto.

4.13.4. O contratado deve comunicar previamente à administração pública a intenção de subcontratar, identificando o subcontratado e comprovando seu registro no órgão competente, se exigido.

4.13.5. A empresa contratada principal deverá comprovar, previamente à subcontratação, que a subcontratada possui a qualificação técnica necessária para executar o objeto, conforme os requisitos exigidos e as disposições legais aplicáveis.

4.13.6. A subcontratada deverá cumprir todas as disposições contratuais, incluindo, mas não se limitando, a exigências de qualidade, prazo de execução, segurança, e uso de peças e materiais compatíveis com os estabelecidos neste contrato. As obrigações previstas para a subcontratada serão as mesmas que a contratada principal teria de cumprir caso executasse o objeto diretamente.

4.13.7. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.13.8. A empresa contratada principal e a subcontratada responderão solidariamente por quaisquer danos causados à Administração Pública ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços subcontratados, incluindo os relacionados à qualidade do objeto executado, prazos de entrega e conformidade com as especificações técnicas.

4.14. O contratado principal será o único responsável pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, incluindo as atividades realizadas por terceiros subcontratados, nos termos do § 2º do artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021. A garantia da qualidade e conformidade do serviço, ainda que parcialmente subcontratado, é de exclusiva responsabilidade do contratado principal.

4.15. Os subcontratados deverão atender aos mesmos requisitos de habilitação técnica e cumprimento das normas sanitárias exigidos do contratado principal, quando aplicável.

4.16. A subcontratação somente poderá ser realizada mediante solicitação formal do contratado principal e autorização prévia e expressa da Administração. O pedido deverá conter:

4.16.1. Identificação do subcontratado, com documentação comprobatória de habilitação;

4.16.2. Detalhamento das atividades que serão subcontratadas; e

4.16.3. Declaração de responsabilidade do contratado principal pelo acompanhamento e garantia da qualidade das atividades subcontratadas.

4.17. A Administração terá o direito de fiscalizar diretamente as atividades realizadas pelo subcontratado, de modo a garantir o cumprimento das obrigações contratuais. O contratado principal deverá disponibilizar todas as informações necessárias para a fiscalização, incluindo acesso às instalações e documentação técnica dos subcontratados.

4.18. A utilização de subcontratados em desacordo com as condições previstas ensejará a aplicação de penalidades ao contratado principal, conforme disposto nos artigos 155 a 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e no projeto básico geral, podendo incluir advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

4.19. É vedada a subcontratação em cadeia, ou seja, a delegação de atividades por parte do subcontratado a terceiros, salvo autorização prévia e expressa da Administração, com as devidas justificativas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### Garantia da proposta

4.20. Juntamente com a proposta comercial do arrematante, no mesmo prazo definido pelo agente de contratação, e após a fase de lances, o fornecedor classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá comprovar o recolhimento de quantia a título de **garantia de proposta**, como requisito de pré-habilitação, nos termos do artigo 58 da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar complementar.

4.20.1. A garantia de proposta deverá ser de **1% (um por cento)** do valor total estimado para a contratação, ou seja, de **R\$ 14.068,05 (quatorze mil e sessenta e oito reais e cinco centavos)**.

4.20.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

4.20.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

4.20.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, à escolha do licitante, quais sejam: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; e fiança bancária.

### Garantia da contratação

4.21. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**.

4.21.1. Como se trata de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.22. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato:

4.22.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

4.22.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.22.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.22.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.22.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.22.6. No caso de seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, **no máximo, até a data de assinatura do contrato**. O prazo para a prestação da garantia, através do seguro-garantia, **será de no máximo 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, na forma do art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, sob de pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.23. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

4.24. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.25. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.26. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

4.26.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.27. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.27.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.27.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.27.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.28. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.28.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.29. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.30. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.31. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.32. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.32.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

4.32.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.33. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.33.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.33.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.34. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.34.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.34.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.34.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.35. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.36. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

4.37. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### Vistoria

4.38. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.39. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria prévia, deverá prestar declaração formal **assinada pelo responsável técnico** do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.40. Uma vez **facultada** a realização da vistoria prévia, os interessados terão as opções a seguir para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§ 2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

- a) **Realizar a vistoria, por sua conta e risco**, e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço, sem acompanhamento de representante da Administração (**modelo em anexo**); ou
- b) **Realizar a vistoria prévia, monitorada por representante da Administração**, e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço. Nesse caso a Administração tem o ônus de emitir o atestado de vistoria (**modelo em anexo**); ou
- c) **Atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço**, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica (**modelo em anexo**); ou
- d) **Declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação**, com base nas disposições dos documentos da licitação, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade (**modelo em anexo**).

4.41. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

4.42. Para a realização da vistoria prévia monitorada, acompanhada por servidor da Administração (alínea “b” do item 4.33), a empresa deverá agendar a visita em dia e horário de expediente do Município com antecedência **de no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de abertura das propostas**, para ocorrer preferencialmente em até 48 horas daquela data, para que a Administração possa agendar previamente a data e horário de cada empresa interessada e para que haja ainda tempo suficiente para eventual impugnação ao edital pelos interessados.

4.42.1. O agendamento da visita prévia monitorada por servidor da Administração deverá ocorrer em dia e horário de expediente do Município, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 17:00, **nos telefones: (31) 2118-6130 (ligação) ou (31) 98800-3693 / 98798-8037 (ligação e whatsapp) ou pelos e-mails: obras@esmeraldas.mg.gov.br ou licitacoesmeraldas@gmail.com.**

4.42.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.42.3. Para a vistoria monitorada, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. Os serviços deverão ser iniciados **no prazo máximo de 05 (cinco) dias do envio da ordem de serviço (OS)** ou documento equivalente.

5.1.1. A OS, ou documento equivalente, será encaminhado ao fornecedor por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado na proposta ou por outro canal de comunicação previamente disponibilizado e validado pelo fornecedor, devendo este confirmar o recebimento para fins de comprovação de ciência.

5.1.2. Na ausência de confirmação formal de recebimento pelo fornecedor, presumir-se-á, para todos os efeitos, que a OS foi regularmente entregue no meio de comunicação indicado, **iniciando-se, a partir da data do envio, a contagem do prazo contratual para a execução do objeto.**

5.2. A execução dos serviços objeto deste Projeto Básico Geral deverá observar rigorosamente as **especificações técnicas do projeto executivo** e as **normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, devendo a contratada assegurar a **qualidade, durabilidade e segurança** da obra.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

5.3. Os serviços deverão ser executados **sob o regime de empreitada por preço global**, compreendendo o fornecimento de todos os insumos, equipamentos, mão de obra qualificada, transporte, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos e demais despesas necessárias à plena execução da obra.

5.4. A contratada deverá mobilizar equipe técnica habilitada e equipamentos adequados, mantendo no local da obra **responsável técnico legalmente registrado no CREA ou CAU**, durante todo o período da execução contratual.

5.5. A execução do objeto deverá ocorrer de forma integral, contínua e coordenada, em estrita observância ao projeto técnico específico anexo, às normas técnicas aplicáveis, às determinações deste Projeto Básico Geral – PBG e às orientações da fiscalização da Administração. A contratada será responsável pela perfeita compatibilização entre os diversos serviços e etapas da obra, assumindo integral responsabilidade técnica pela execução até a entrega definitiva do empreendimento em plenas condições de uso.

5.6. A obra deverá ser executada em conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, urbanística e de segurança do trabalho, cabendo à contratada adotar todas as providências necessárias à regularidade da execução.

5.7. A contratada deverá afixar em local visível a placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a atualizada e em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução da obra.

5.7.1. É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pelo Governo Federal, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização do Governo Federal para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

5.8. Na execução do objeto, a contratada deverá observar, quando aplicável, a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e de contratação de serviços nacionais, para os setores específicos definidos em ato do Poder Executivo Federal, em conformidade com o disposto no art. 3º- A da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, no Decreto nº 11.889, de 22 de janeiro de 2024, e demais normas regulamentares vigentes.

5.8.1. A aplicação dessa exigência estará condicionada à existência de regulamentação específica vigente à época da licitação que estabeleça os setores, os produtos ou os serviços abrangidos, bem como os critérios técnicos e econômicos correspondentes, devendo ser



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

observados, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

### **Métodos, Rotinas e Procedimentos de Execução**

5.9. Os métodos construtivos, rotinas e procedimentos de execução deverão seguir boas práticas da engenharia, adotando-se técnicas usuais, consolidadas e amplamente difundidas no mercado, compatíveis com a classificação da obra como obra comum de engenharia.

5.10. A contratada deverá planejar a execução de forma racional, observando a sequência lógica dos serviços, a adequada mobilização de recursos, o controle tecnológico dos materiais e a realização de testes, verificações e ajustes necessários à garantia da qualidade final da obra. Todos os serviços deverão ser executados de modo a permitir verificação objetiva, medição precisa e fiscalização contínua.

### **Tecnologias e Padrões Construtivos**

5.11. A execução da obra deverá observar os padrões construtivos definidos no projeto técnico específico, adotando materiais, equipamentos e tecnologias compatíveis com as normas técnicas brasileiras, em especial aquelas expedidas pela ABNT.

5.12. Serão admitidas exclusivamente tecnologias convencionais, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, vedada a adoção de soluções experimentais ou não previstas em projeto, salvo prévia autorização formal da Administração. Os padrões construtivos deverão assegurar durabilidade, segurança, funcionalidade e baixa necessidade de manutenção, compatíveis com a destinação pública do equipamento.

### **Frequência e Periodicidade de Execução**

5.13. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, respeitado o cronograma físico-financeiro aprovado. A contratada deverá manter frentes de trabalho compatíveis com o prazo global da obra, assegurando regularidade no ritmo de execução e evitando paralisações injustificadas.

5.14. A periodicidade das atividades deverá ser planejada de modo a garantir o cumprimento dos prazos contratuais, cabendo à contratada adotar medidas corretivas imediatas em caso de desvios identificados pela fiscalização.

### **Cronograma de Realização dos Serviços**

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

5.15. A execução da obra deverá observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro integrante do projeto técnico específico e da planilha orçamentária, o qual estabelece a sequência lógica, as etapas executivas, os percentuais físicos e os desembolsos financeiros correspondentes a cada fase da obra.

5.16. Conforme o cronograma aprovado, o **prazo global de execução da obra é de 4 (quatro) meses**, contados a partir da emissão da ordem de serviço, prazo este compatível com o porte, a natureza e a complexidade do empreendimento, classificado como obra comum de engenharia.

5.17. O cronograma físico-financeiro constitui instrumento essencial de planejamento, controle e fiscalização da execução contratual, devendo ser integralmente observado pela contratada. O descumprimento injustificado das etapas e dos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato.

5.18. Eventuais ajustes no cronograma somente poderão ocorrer mediante justificativa técnica formal, devidamente fundamentada e previamente aprovada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, vedadas alterações que comprometam o prazo global sem a correspondente motivação legal.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.19. Os serviços serão executados no **Distrito de Melo Viana, Município de Esmeraldas/MG**, no local destinado à implantação do Espaço Esportivo Comunitário, conforme **endereço e coordenadas geográficas constantes do projeto técnico específico anexo**.

5.20. Os trabalhos deverão ser realizados, preferencialmente, em horário comercial, observadas as normas municipais aplicáveis e as condições do entorno, podendo a fiscalização autorizar, quando necessário, a execução em horários diferenciados, desde que não haja prejuízo à segurança, ao meio ambiente ou à comunidade local.

### Rotinas a serem cumpridas

5.21. A contratada deverá cumprir, dentre outras, as seguintes rotinas mínimas:

- 5.21.1. manter no local da obra responsável técnico habilitado;
- 5.21.2. assegurar a organização, limpeza e sinalização da área de trabalho;
- 5.21.3. registrar e comunicar à fiscalização quaisquer ocorrências relevantes;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

5.21.4. atender prontamente às solicitações e orientações da fiscalização;

5.21.5. manter atualizados os documentos obrigatórios da obra, inclusive ART/RRT e registros de segurança do trabalho.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.22. Todos os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e recursos necessários à execução da obra serão de responsabilidade exclusiva da contratada, devendo atender integralmente às especificações técnicas do projeto e às normas aplicáveis.

5.23. Os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e adequados à finalidade a que se destinam, ficando a contratada responsável pela substituição imediata de quaisquer materiais recusados pela fiscalização.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.24. Para fins de elaboração da proposta, os licitantes deverão considerar:

5.24.1. a execução integral do objeto conforme projeto técnico específico;

5.24.2. as condições locais de implantação da obra;

5.24.3. a necessidade de compatibilização entre todas as etapas e sistemas construtivos;

5.24.4. os custos diretos e indiretos, inclusive mobilização, desmobilização, encargos, tributos, seguros, riscos e demais despesas necessárias à execução completa do objeto;

5.24.5. a observância integral dos prazos e do cronograma físico-financeiro.

5.25. A apresentação da proposta implica pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico Geral – PBG e nos documentos técnicos que o integram.

### **Regime de medição**

5.26. A execução do objeto será realizada sob o regime de empreitada por preço global, conforme definido no inciso XXIX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que consiste na contratação da execução da obra por preço certo e total, englobando todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais, tributos, lucros, mobilização, desmobilização, administração local, controle tecnológico, transporte, fornecimento de materiais e demais despesas indispensáveis à perfeita execução dos serviços.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

5.27. As medições e pagamentos serão efetuados com base nas etapas concluídas e atestadas pela fiscalização municipal, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado.

5.28. A sistemática de medição será vinculada ao cumprimento de metas de resultado, observando-se o percentual físico executado em cada etapa, vedada a utilização de sistemática orientada por preços unitários, conforme preceitua o § 9º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

5.29. O pagamento das medições ocorrerá somente após a emissão de atestado de conformidade pela fiscalização.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.30. Conforme Orientação Normativa nº 51 da Advocacia-Geral da União e Decisão nº 202/2002, da 1ª Câmara do TCU, a garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.31. A garantia legal do objeto deverá obedecer ao prazo estabelecido na Lei nº 8.078, de 11/09/1990, (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se todas as disposições do mesmo, ressalvado o disposto no art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.32. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, **pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos**, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, nos termos do art. 140, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.33. Havendo a oferta de garantia contratual pelo fabricante dos materiais empregados, está prevalecerá e será complementar à garantia legal, conferida mediante termo escrito.

5.34. A contratada será **integralmente responsável pela qualidade técnica das obras, dos materiais e dos serviços executados ou fornecidos**, respondendo pela conformidade da execução com o projeto técnico específico, com as normas técnicas aplicáveis e com as condições estabelecidas no edital, no contrato e neste Projeto Básico Geral – PBG.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.35. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### 6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Não se aplica, nesta contratação, o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços previsto no Capítulo X da Seção V da Lei nº 14.133, de 2021.

### 7. VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contado da **data de publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Esmeraldas - DOEME**, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. Considera-se como data de publicação o 1º dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DOEME, nos termos do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 2.485, de 2015.

7.1.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

7.1.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

7.1.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

7.2. Quando se tratar de contratação por escopo, o prazo de vigência dos contratos será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Quando se tratar de contratação de serviços e/ou fornecimentos contínuos, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. A prorrogação de que trata o item acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

7.4. Nas hipóteses previstas na lei, a Administração poderá substituir o termo de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

7.4.1. Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.2. A retirada ou o aceite da carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.4.2.1. O referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.4.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

7.4.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas da Lei nº 14.133, de 2021.

### **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

8.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

8.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

8.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, VI);

8.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, II);

8.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, III);

8.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, IV).

8.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, V).

8.14. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

8.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 23, I e II).

8.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 23, IV).

8.17. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 22, VII)

### **Gestor do Contrato**

8.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, IV).

8.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, II).

8.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, III).

8.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, VIII).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

8.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, X).

8.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, VI).

8.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 20, de 17 de janeiro de 2023, art. 21, VI).

8.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

9.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

9.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

9.3.1.1. não produziu os resultados acordados,

9.3.1.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.3.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

### **Recebimento do Objeto**

9.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.4.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

9.4.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

9.4.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto Municipal nº 20, de 2023).

9.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, art. 22, X, Decreto Municipal nº 20, de 2023).

9.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

9.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.10.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.10.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.10.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.10.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto Municipal nº 20, de 2023).

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

9.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.12.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

9.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º do Decreto Municipal nº 19, de 17 de janeiro de 2023.

9.17. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.18.1. O prazo de validade;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

- 9.18.2. A data da emissão;
- 9.18.3. Os dados do contratado e do contratante;
- 9.18.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 9.18.5. O valor a pagar; e
- 9.18.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.21. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.22. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### Prazo de pagamento:

9.26. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 19, de 17 de janeiro de 2023.

9.27. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### Forma de pagamento:

9.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Antecipação de pagamento

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

9.32. A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

### 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.406.804,79 (um milhão, quatrocentos e seis mil, oitocentos e quatro reais e setenta e nove centavos)**, conforme planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do projeto executivo.

### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, **na dotação a ser informada previamente pela Secretaria Municipal de Fazenda**, ainda na fase preparatória da contratação, já que nenhuma contratação será feita sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa, conforme dispõe o art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. **As despesas serão custeadas com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida**, vinculados ao **Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11**, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, se for caso.

### 12. OBRIGAÇÕES

#### 12.1. Das obrigações do Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o projeto básico e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste projeto básico geral;

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste projeto básico geral;

12.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste projeto básico geral;

12.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou eventuais pedidos de repactuação de preços, se for caso, feitos pelo contratado no prazo máximo estabelecido abaixo, lembrando que o prazo para resposta aos pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e ao pedido de repactuação de preços determinado no contrato administrativo (art. 92, inciso X e XI, e § 6º da Lei n. 14.133/2021) começa a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído (Enunciado 25 CJF):

12.1.10.1. 20 (vinte) dias úteis para os pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro; e

12.1.10.2. 45 (quarenta e cinco) dias para os pedidos de repactuação de preços.

12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

12.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

12.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

12.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

12.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

12.1.15.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

12.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

12.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

12.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

12.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

12.1.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 12.2. Das obrigações do Contratado:

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

12.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

12.2.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do projeto básico geral, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

12.2.9. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.10. Quando não for possível a verificação da regularidade em plataformas públicas, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

- 12.2.10.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 12.2.10.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 12.2.10.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 12.2.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 12.2.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 12.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.
- 12.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 12.2.13. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.2.14. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 12.2.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.2.16. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.2.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

12.2.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.2.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.2.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

12.2.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

12.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

12.2.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

12.2.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

12.2.25. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.2.26. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

12.2.27. Comprovar, sempre que necessário, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

12.2.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

12.2.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

12.2.31. Manter os empregados nos horários predeterminados na execução dos serviços.

12.2.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá ou outro meio hábil.

12.2.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

12.2.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

12.2.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

12.2.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante, quando for o caso.

12.2.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.2.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

12.2.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

12.2.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas, em plena validade.

12.2.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

12.2.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo técnico preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.2.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.2.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

12.2.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

12.2.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

12.2.44.3. florestas plantadas; e

12.2.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.2.45. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos termos a seguir.

12.2.46. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

12.2.47. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

12.2.47.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

12.2.47.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

12.2.47.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.2.47.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.2.48. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

12.2.49. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sempre que necessário, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.2.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.2.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

12.2.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

12.2.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.2.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

12.2.53. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

### **12.3. Das obrigações pertinentes à LGPD:**

12.3.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.3.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

12.3.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.3.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.3.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.3.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.3.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.3.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.3.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.3.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.3.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.3.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### 13. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DO CONTRATADO

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021). A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será de competência exclusiva do gestor do contrato e será precedida de análise jurídica.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

iv. **Multa:**

1. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” do item 13.1, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.
2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se exigida;
  - i. O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, se exigida, autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” do item 13.1, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c” do item 13.1, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” do item 13.1, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” do item 13.1, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” do item 13.1, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor da contratação
2	1,0% ao dia sobre o valor da contratação
3	1,5% ao dia sobre o valor da contratação

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

4	2,0% ao dia sobre o valor da contratação
5	2,5% ao dia sobre o valor da contratação

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **14. EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

14.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

14.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

14.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### 15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

15.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio, para o caso concreto, que é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade e economicidade, conforme justificativas do Estudo Técnico Preliminar.

### 16. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO

16.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

16.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

16.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

16.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

16.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

16.2. Na presente licitação, fica permitida a participação de cooperativas de trabalho, devendo apresentar, na fase de **HABILITAÇÃO**, os seguintes documentos além dos demais exigidos:

16.2.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

16.2.2. Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

16.2.3. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

16.2.4. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

16.2.5. Registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

16.2.6. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

16.2.7. Comprovação da regularidade jurídica da cooperativa através dos seguintes documento:

16.2.7.1. Ata de fundação;

16.2.7.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

16.2.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

16.2.7.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

16.2.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

16.2.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

16.2.7.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### 17. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **08/04/2026**.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo utilizado o índice mais vantajoso para a Administração.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. Caso o índice fixado aplicável ao período não estiver disponível na data de início dos efeitos de sua vigência, o reajuste de preços terá como base o último índice oficial disponibilizado pelo órgão competente, respeitado o intervalo de 1 (um) ano para a contagem do reajuste.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

17.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

17.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.9. O reajuste será realizado por simples apostila.

17.10. Os preços serão reajustados mediante o reajuste indexação e serão obtidos a partir da fórmula a seguir, conforme exemplo apresentado:

#### Fórmula:

$$i = (i_1 - i_0) / i_0$$
$$P_1 = P_0 \times (1 + i)$$

17.11.

#### Onde:

$i_0$  - índice na data do orçamento estimado;  
 $i_1$  - índice na data para qual se deseja reajustar o valor;  
 $i$  - índice de reajustamento;  
 $P_0$  - preço inicial a ser reajustado;

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

P1 - preço reajustado.

**Exemplo:**

Preço original da proposta: R\$ 1.000,00

Data do orçamento: 10/08/2011

Data do reajustamento: 09/08/2012

Índice para a data do reajustamento: 1,05

Índice para a data do orçamento estimado: 1,00

$i = (1,05 - 1,00) / 1,00 = 0,05$

$P1 = 1.000,00 \times (1 + 0,05) = 1.000,00 \times 1,05 = R\$ 1.050,00$

### 18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **concorrência**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

#### Regime de execução

18.2. O regime execução será **empreitada por preço global**.

#### Critérios de aceitabilidade de preços

18.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

18.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021); a composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual e apresentação dos encargos sociais; e o cronograma físico-financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada.

18.4. Em caso de adoção dos regimes de empreitada por preço global e de empreitada integral, deverão ser observadas as seguintes disposições para formação e aceitabilidade dos preços:

18.4.1. Para fins de apresentação das propostas no âmbito do certame, será admitida a utilização, pelos licitantes, de custos unitários distintos daqueles constantes dos sistemas de referência adotados pela Administração Pública, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

18.4.1.1. o preço global da proposta não exceda o preço de referência fixado pela Administração, apurado nos termos do Decreto Municipal nº 24, de 17 de janeiro de 2023;

18.4.1.2. os valores correspondentes a cada etapa do cronograma físico-financeiro não ultrapassem os respectivos valores de referência estabelecidos pela Administração;

18.4.1.3. seja assegurado aos órgãos de controle o acesso irrestrito a todas as composições de custos unitários e demais elementos que fundamentem a formação dos preços apresentados.

18.4.2. O contratado declara, para todos os fins de direito, sua plena concordância com o projeto básico/executivo que integra o edital de licitação, reconhecendo sua suficiência, coerência e adequação para a perfeita execução do objeto contratual.

18.4.3. Fica expressamente pactuado que eventuais alterações contratuais motivadas por alegações de falhas, omissões ou inconsistências em quaisquer dos elementos técnicos do projeto, tais como peças gráficas, orçamentos, especificações técnicas, memoriais descritivos e estudos técnicos preliminares, estarão sujeitas, cumulativamente, às seguintes limitações:

18.4.3.1. não poderão ultrapassar, no seu conjunto, o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

18.4.3.2. deverão ser devidamente justificadas, tecnicamente fundamentadas e formalmente autorizadas pela Administração.

18.5. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

18.6. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelos técnicos, na forma prevista no Decreto Municipal nº 24, de 17 de janeiro de 2023, observado o disposto no item acima e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Exigências de habilitação**

18.7. Deverá ser atestado, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010.

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

18.8. Deverá ser consultado o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

18.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica (de acordo com a forma de constituição do licitante)**

18.10. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

18.11. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

18.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

18.13. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

18.14. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.15. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

18.16. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

18.17. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

18.18. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

18.19. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

18.20. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando for o caso.

18.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

18.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

18.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

18.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

18.27. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

18.28. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

18.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal.

18.31. Se permitida a subcontratação, a licitante melhor classificada deverá apresentar, para fins de contratação, a documentação de regularidade fiscal das empresas que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição no caso de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. (Não é irregular a previsão, no Edital, de que a comprovação da regularidade fiscal de filiais ou de subcontratadas seja ônus da empresa contratada, no decurso da execução contratual, e não exigida da licitante na fase de habilitação. Acórdão TCU nº 1678/2021 Plenário).

### Qualificação Econômico-Financeira

18.32. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (pessoa jurídica) - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

18.32.1. Os que se encontrem sob falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar desde que apresentem o acolhimento do plano de recuperação pelo juiz, na forma do artigo 52 da Lei 11.101, de 2005.

18.33. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício – DRE **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentando ainda, referente a apenas **o último exercício social**, os seguintes índices contábeis, todos iguais ou superiores a 1 (um): **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

18.33.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

18.33.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

18.33.3. O atendimento dos índices econômicos exigidos deverá ser atestado **mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.**

18.33.4. O prazo para apresentação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de habilitação reconhece como válidas tanto a data estipulada no Código Civil, quanto a data estipulada na Instrução Normativa da Receita Federal para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a estes limites, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior. *“Refutando argumento da representante que alegava que a validade dos balanços antigos findar-se-ia em 30 de abril, quando já teriam que ser apresentados os demonstrativos ano contábil de referência, o Tribunal entendeu que deveriam ser sopesados outros princípios, como o da razoabilidade e o da economicidade, frente a um rigorismo excessivo e à possibilidade de reconhecer como válidas ambas as datas, tanto a do Código Civil, quanto a da Instrução Normativa da Receita Federal”. (Acórdão TCU 2.145/17 – Plenário).*

18.33.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social. *“O balanço provisório admite retificação ampla posterior e corresponde a um documento sem maiores efeitos jurídicos. Já o balanço intermediário consiste em documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício. A figura do balanço intermediário deverá estar prevista no estatuto ou decorrer de lei”. (Acórdão TCU nº 484-12-2007 – Plenário).*

18.33.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte não estão dispensadas da apresentação do balanço patrimonial em procedimento licitatório. (TCE/MG, Consulta nº 1007443, 5ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno – 06/02/2019).

18.33.7. Para participação nesta licitação, o microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002). (Acórdão 133/2022 Plenário – TCU, Acórdão 2026/2022 Plenário – TCU).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

18.34. **Patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação, o que corresponde ao montante de R\$ 70.340,24 (setenta mil, trezentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos).

### Qualificação Técnica

18.35. Registro ou inscrição da empresa junto à entidade profissional competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) – em situação regular e válida.

18.35.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

18.35.2. No caso de inscrição no CREA, se o licitante vencedor não for domiciliado no Estado de Minas Gerais, deverá apresentar visto do CREA do Estado de Minas Gerais (CREA/MG) em sua Certidão de Registro, conforme Resolução CONFEA 413, de 27 de junho de 1997, art. 1º, inciso II, para fins exclusivos de contratação (no prazo definido no edital para a assinatura do contrato). Caso as normas vigentes dos demais conselhos exijam o respectivo visto, deverá apresentá-lo na mesma forma exigida.

18.36. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, através da apresentação de ateste por **uma das seguintes opções**, na forma dos itens 4.39 a 4.43 deste projeto básico geral:

18.36.1. Realizar a vistoria, por sua conta e risco, e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço, sem acompanhamento de representante da Administração (**modelo em anexo**); ou

18.36.2. Realizar a vistoria prévia, monitorada por representante da Administração, e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço. Nesse caso a Administração tem o ônus de emitir o atestado de vistoria (**modelo em anexo**); ou

18.36.3. Atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço, pressupondo-se que já tenha comparecido anteriormente ao local para poder emitir a declaração sem incorrer em falsidade ideológica (**modelo em anexo**); ou

18.36.4. Declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, com base nas disposições dos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

documentos da licitação, somada à sua experiência profissional, que lhe permite emitir a declaração sem conhecer o local e sem incorrer em falsidade (**modelo em anexo**).

### Qualificação Técnico-Operacional

18.37. Comprovação de aptidão para a execução de obras similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.37.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- Fornecimento e instalação de grama sintética esportiva para campo de futebol; mínimo de **700,00 m<sup>2</sup>**
- Fornecimento e instalação de piso modular em polipropileno para quadra esportiva, com demarcação com tinta base de PU; mínimo de **82,5 m<sup>2</sup>**
- Execução de alambrado para quadra poliesportiva ou similar em estrutura metálica galvanizada, com tela de arame galvanizado; mínimo de **219,22 m<sup>2</sup>**
- Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto; mínimo de **306,76 m<sup>2</sup>**
- Execução de piso de borracha esportivo assentado com argamassa; mínimo de **71,42 m<sup>2</sup>**
- Pintura de piso com tinta epóxi, com inclusão de primer epóxi; mínimo de **306,76 m<sup>2</sup>**

18.37.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

18.37.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18.37.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.37.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica especificada no contrato social.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

18.37.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

18.37.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

18.38. Registro ou inscrição do profissional responsável técnico (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Urbanista) junto à entidade profissional competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) – em situação regular e válida, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhante, na forma exigida abaixo.

18.39. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

18.39.1. Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Urbanista, devidamente inscrito junto à entidade profissional competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) – em situação regular e válida, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, compreendendo assim à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto da contratação, sendo essas:

- Fornecimento e instalação de grama sintética esportiva para campo de futebol;
- Fornecimento e instalação de piso modular em polipropileno para quadra esportiva, com demarcação com tinta base de PU;
- Execução de alambrado para quadra poliesportiva ou similar em estrutura metálica galvanizada, com tela de arame galvanizado;
- Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto;
- Execução de piso de borracha esportivo assentado com argamassa;
- Pintura de piso com tinta epóxi, com inclusão de primer epóxi.

18.39.2. A comprovação da qualificação técnico-profissional deverá ser feita mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA (nos termos da Resolução Confea nº 1.137, de 2023), pelo CAU (Resolução CAU/BR nº 93, de 2024) ou pelo CRT (Resolução CTF nº 55, de 18 de janeiro de 2019), conforme a natureza das atividades envolvidas.

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

18.39.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.39.4. É vedada a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma empresa participante da licitação, fato este que desclassificará todas as envolvidas, pois tal situação compromete o sigilo das propostas (TCMG, Denúncia nº 951682, 2019).

18.39.5. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

18.39.6. A comprovação de vínculo entre a proponente e o(s) profissional(is) técnico(s) indicado(s) acima poderá ser exigida apenas para fins de contratação (no prazo definido no edital para a assinatura do contrato), com a apresentação dos seguintes documentos, dentre outros legalmente cabíveis: Anotações das CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou Cópia da ficha de registro de empregados – RE, ou Cópia da folha do livro de registro de empregados devidamente registrado no Ministério do Trabalho, ou Cópia do contrato de prestação de serviços regidos pela CLT, ou No caso de vínculo societário: Cópia do contrato social ou da última alteração contratual, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual conste o nome do detentor do Atestado de Capacidade Técnica, ou Contrato de prestação de serviços que gere vínculo de responsável técnico entre licitante e contratado.

18.40. Declaração do licitante, atestando que os recursos humanos e materiais a serem alocados na execução do contrato não se encontram comprometidos em outros contratos de modo a prejudicar sua plena utilização, conforme modelo em anexo.

18.40.1. A Administração poderá exigir a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico.

### Habilitação de Cooperativas

18.41. Caso admita-se nesta licitação a participação de cooperativas, deverá apresentar ainda os documentos complementares para fins de habilitação previstos no título “**participação de cooperativas de trabalho**” deste projeto básico.

### Declarações



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

18.42. Declaração de que o licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil).

18.43. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133, de 2021);

18.44. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133, de 2021);

18.45. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133, de 2021);

18.46. Declaração de que, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

18.47. Declaração de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

18.48. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

18.49. Declaração de que a proposta foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentamos, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação; e que estamos plenamente cientes do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la;

18.50. Declaração de que o licitante não é cônjuge ou companheiro de agente público designado para as funções essenciais da licitação, nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil, conforme dispõe o art. 7º, III c/c art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133, de 2021.

18.51. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

18.52. Declaração de que o licitante não se encontram ocupando cargo em comissão ou de confiança, e empregos públicos no município de Esmeraldas, não estando assim, em desacordo com o disposto no art. 35 da Lei Orgânica do Município de Esmeraldas: “Art. 35. Os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, e empregos públicos municipais não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções”.

18.53. Declaração de que, para obter os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, a microempresa ou a empresa de pequeno porte, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

18.54. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para os profissionais organizados sob a forma de cooperativa para fins de participação nesta licitação, se for o caso.

18.55. *O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.*

### **19. CASOS OMISSOS**

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **20. ALTERAÇÕES**

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

20.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

20.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

20.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. Qualquer tolerância por parte do município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

21.2. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

21.3. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

21.4. A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pelo Município ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

21.5. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização do Município, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

21.6. O presente documento não possui classificação de informação sigilosa, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

21.7. Fazem parte desse documento independentemente de transcrição:

21.7.1. O Projeto Básico da obra ou do serviço especial de engenharia, para fins de atendimento aos requisitos exigidos no art. 6º, XXV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, contemplando:

- a) Levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; e
- f) Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução de empreitada por preço unitário, empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa e previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do *caput* do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.7.2. Os demais documentos elaborados, conforme o caso, de forma a subsidiar o Projeto Básico da obra ou do serviço especial de engenharia acima, sendo:

- a) Os projetos executivos,
- b) Os projetos arquitetônico,
- c) As plantas,
- d) Os memoriais descritivos,

---

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS**

- e) O cronograma físico-financeiro,
- f) A planilha de curva ABC, e

21.7.3. Outros documentos necessários à perfeita delimitação do objeto.

21.8. São anexos também deste projeto básico geral estando transcritos no mesmo:

- Anexo I – modelo de declaração de vistoria realizada pelo licitante (sem acompanhamento da Administração);
- Anexo II – modelo de atestado de vistoria realizada com acompanhamento da administração;
- Anexo III – modelo de declaração de conhecimento do local (sem acompanhamento e sem vistoria formal);
- Anexo IV – modelo de declaração de conhecimento pleno das condições (sem visita presencial);
- Anexo V – modelo de declaração de compromissos assumidos;
- Anexo VI – Matriz de Riscos.

Esmeraldas, Minas Gerais, 14/04/2026.

**Jean Lucca Vialli Baudson**  
Subsecretário de Esportes e da Juventude



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### ANEXO I AO PGB – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA REALIZADA PELO LICITANTE (sem acompanhamento da Administração)

#### Declaração de Vistoria Realizada pelo Licitante

(alínea “a” do item 4.33 do PGB)

Eu, \_\_\_\_\_, responsável técnica da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que **realizei vistoria prévia, por minha conta e risco**, no local da execução dos serviços referentes à **execução da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG**, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto técnico específico anexo, com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida, vinculados ao Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União, estando apto a apresentar proposta de preço em conformidade com tais condições.

Declaro, ainda, estar ciente de que a vistoria foi realizada **sem acompanhamento de servidor da Administração**, conforme faculta o § 2º do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

Esmeraldas/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Responsável Técnico

CPF: \_\_\_\_\_

CREA/CAU/CRT nº: \_\_\_\_\_

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### ANEXO II AO PGB – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA REALIZADA COM ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Atestado de Vistoria Prévia Monitorada

(alínea “b” do item 4.33 do PGB)

Atesto, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, realizou vistoria prévia no local da execução da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto técnico específico anexo, com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida, vinculados ao Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União, acompanhada por servidor da Prefeitura Municipal de Esmeraldas, conforme agendamento prévio.

Durante a vistoria, foram apresentadas as condições físicas, ambientais e operacionais do local, bem como esclarecidas as peculiaridades relevantes à execução do objeto licitado.

**O representante da empresa declarou estar plenamente ciente das condições existentes e apto a formular proposta em consonância com tais informações.**

Esmeraldas/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**Pela Empresa:**

Assinatura do Responsável Técnico

CPF: \_\_\_\_\_

CREA/CAU/CRT nº: \_\_\_\_\_

**Pela Administração:**

Nome e Assinatura do Servidor Designado

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### ANEXO III AO PGB – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL (sem acompanhamento e sem vistoria formal)

#### Declaração de Conhecimento do Local de Execução

(alínea “c” do item 4.33 do PGB)

Eu, \_\_\_\_\_, responsável técnico da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que **tenho pleno conhecimento do local da execução da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto técnico específico anexo, com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida, vinculados ao Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União, e de suas condições e peculiaridades, ainda que não tenha realizado vistoria monitorada pela Administração.**

Declaro que **compareci anteriormente ao local**, conhecendo-o suficientemente para formular proposta adequada e responsável, ciente de que **não poderei alegar posteriormente desconhecimento das condições locais** para justificar falhas na execução ou revisão contratual.

Esmeraldas/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do Responsável Técnico

CPF: \_\_\_\_\_

CREA/CAU/CRT nº: \_\_\_\_\_

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### ANEXO IV AO PGB – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES (sem visita presencial)

#### Declaração de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação

(alínea “d” do item 4.33 do PGB)

Eu, \_\_\_\_\_, responsável técnico da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins, que **posso pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação** referente à **execução da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto técnico específico anexo, com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida, vinculados ao Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União, com base nas informações contidas no edital e em seus anexos, somadas à minha formação técnica e experiência profissional, que me permitem avaliar adequadamente o objeto e formular proposta consciente e responsável.**

Declaro, ainda, estar ciente de que **a não realização de vistoria prévia** não poderá fundamentar, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento das condições locais ou de impossibilidade de execução contratual, assumindo integral responsabilidade pelos riscos decorrentes dessa opção.

Esmeraldas/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Técnico  
CPF: \_\_\_\_\_  
CREA/CAU/CRT nº: \_\_\_\_\_

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### ANEXO V DO PGB – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

(art. 67, inciso III e § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021)

A empresa **[Razão Social]**, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, **declara**, para os devidos fins, que **o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), bem como os demais profissionais e equipamentos necessários** na plena **execução da obra de construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projeto técnico específico anexo, com recursos oriundos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC, no âmbito do Programa Esporte para a Vida, vinculados ao Termo de Compromisso nº 960073/2024/MESP/CAIXA – Operação nº 1094015-11, firmados entre o Município de Esmeraldas/MG e a União, com base nas informações contidas no edital e em seus anexos:**

*(assinale a situação correspondente)*

- (    ) **não possuem compromissos vigentes que importem em diminuição de sua disponibilidade** para atuar na execução do objeto licitado;
- (    ) **possuem compromissos vigentes, contudo tais compromissos não prejudicam sua disponibilidade** para atuar na execução do objeto licitado, garantindo-se a plena participação e dedicação às atividades a serem desempenhadas.

Declaro, ainda, estar ciente de que a veracidade destas informações poderá ser objeto de verificação pela Administração e que a falsidade implicará as sanções cabíveis na forma da lei.

Esmeraldas/MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

### ANEXO VI AO PGB – MATRIZ DE RISCOS

A presente **Matriz de Riscos** foi elaborada com fundamento no art. 22 da Lei nº 14.133, de 2021, com a finalidade de identificar, avaliar e alocar, de forma objetiva e racional, os riscos associados à contratação para a execução da obra de **construção do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Esmeraldas/MG, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC**.

A definição prévia da matriz de riscos constitui instrumento essencial de planejamento da contratação, permitindo a adequada distribuição de responsabilidades entre a Administração e a contratada, de acordo com a natureza de cada risco, o regime de execução adotado e as boas práticas de governança em contratações públicas. Tal medida contribui para a mitigação de incertezas, a redução de conflitos contratuais e o fortalecimento da segurança jurídica do ajuste.

Considerando que o objeto foi classificado como obra comum de engenharia, a ser executada sob o regime de empreitada por preço global, com base em projeto técnico padronizado, a alocação dos riscos observa o princípio segundo o qual cada risco deve ser atribuído à parte que detém melhores condições técnicas, operacionais ou gerenciais para administrá-lo, sem prejuízo das hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

A matriz contempla riscos nas fases pré-contratual, de execução e pós-execução, abrangendo aspectos técnicos, econômicos, operacionais, ambientais e administrativos, servindo como referência para a gestão do contrato, para a atuação da fiscalização e para a solução de eventuais controvérsias, nos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Nº	Risco Identificado	Fase	Responsável	Medidas de Mitigação
1	Atraso na emissão da Ordem de Serviço	Pré-contratual	Administração	Planejamento prévio, liberação tempestiva das áreas e formalização célere do contrato
2	Erro ou incompatibilidade entre projetos	Execução	Contratada	Responsabilidade técnica integral, análise prévia dos projetos e compatibilização executiva
3	Aumento de custos de insumos	Execução	Contratada	Empreitada por preço global, risco econômico ordinário do contratado
4	Chuvas ou intempéries comuns	Execução	Contratada	Planejamento de frentes de trabalho e gestão do cronograma
5	Descumprimento do cronograma	Execução	Contratada	Fiscalização contínua, aplicação de penalidades e garantia contratual
6	Qualidade inadequada dos serviços	Execução	Contratada	Fiscalização técnica, rejeição de serviços, refazimento às expensas do contratado
7	Abandono ou paralisação injustificada da obra	Execução	Contratada	Seguro-garantia com cláusula de retomada (step in)

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS

Nº	Risco Identificado	Fase	Responsável	Medidas de Mitigação
8	Interferências não previstas no solo, de pequena monta	Execução	Contratada	Análise prévia, vistoria facultativa e responsabilidade técnica
9	Necessidade de alterações quantitativas dentro dos limites legais	Execução	Administração	Gestão contratual e aplicação dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021
10	Atraso nos pagamentos por falha administrativa	Execução	Administração	Observância dos prazos legais e controle orçamentário
11	Falhas de segurança do trabalho	Execução	Contratada	Cumprimento das normas de SST e fiscalização
12	Danos a terceiros durante a obra	Execução	Contratada	Responsabilidade civil integral e cobertura pela garantia
13	Vícios construtivos após o recebimento	Pós-obra	Contratada	Garantia legal e contratual por 5 anos (art. 140, §6º)

Rua dos Expedicionários, nº 09, Centro, Esmeraldas/MG, CEP: 32800-076